



N. 78

110

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0019777-06.2012.8.17.0000 (0287372-7) e RECURSO DE AGRAVO N. 0022708-79.2012.8.17.0000 (287372-7/01)

AGRAVANTE: Ione Maria Rodrigues da Silva

AGRAVADO: INSS- Instituto Nacional de Seguro Social

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSS. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. AUXÍLIO - DOENÇA. PEDIDO DE MANUTENÇÃO. LAUDOS PERICIAIS DIVERGENTES. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO MISERO. PROVIDO O AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação de tutela recursal, interposto contra decisão (fls.68/69) proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital que, nos autos da Ação Acidentária n. 0071270-53.2011.8.17.0001, indeferiu o pedido de tutela antecipada, considerando não haver, no momento, a existência de redução da capacidade laborativa ou incapacidade total para o trabalho, diante da perícia médica realizada junto ao INSS.

Em suas razões recursais, a autora-agravante informa que em face da gravidade de seu estado de saúde, é fundamental o restabelecimento do auxílio-doença acidentário (Espécie B91) negado pela autarquia previdenciária e pelo magistrado de primeiro grau. Afirmar que encontra-se em tratamento psiquiátrico desde 2004, havendo melhoras, contudo não suficientes a ensejar o seu retorno ao trabalho, permanecendo, portanto, incapaz para o exercício de atividade laborativa.

No intuito de comprovar suas alegações e demonstrar a necessidade de restabelecimento do mencionado benefício previdenciário, o recorrente anexa aos autos laudos médicos psiquiátricos (fls.41/47, 50 e 77) que atestam a sua impossibilidade de retorno ao exercício de suas funções.

Por derradeiro, requer o demandante-recorrente a antecipação dos efeitos da tutela recursal para que seja determinado ao INSS o restabelecimento do auxílio-doença acidentário (B91) cessado em 13/04/2011. No mérito, pugna pelo provimento do recurso.

Em decisão interlocutória de fls. 85-86, esta Relatoria indeferiu o pedido de antecipação de tutela recursal pretendida, determinando-se a intimação da parte agravada para apresentar contra-razões.

A autarquia previdenciária oferece contra-razões (fls.94/98) requerendo o improvimento do apelo, sob o argumento de que, no caso *sub judice*, não se encontram preenchidos os requisitos para a implementação do benefício perseguido.

A Douta Procuradoria de Justiça oferta parecer (fls. 104/105) opinando pelo improvimento do recurso, devendo-se aguardar o resultado da perícia de infortunística já designada de forma antecipada pelo magistrado a quo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

A autora-agravante trabalha na empresa CTUR- Cia de Transportes Urbanos do Recife desde 2000 na função de cobradora de ônibus. Em razão dos assaltos presenciados nos coletivos, a recorrente, desde 2004, apresenta transtornos psicológicos, tais como: CID10-F06.9: Transtorno mental não especificado devido a uma lesão e disfunção cerebral, CID10-F43.1: Estado de "stress pós-traumático" e CID10-F33.2: Transtorno depressivo recorrente. Considerando tais anomalias, foi deferido o benefício de auxílio-doença acidentário (B91), o qual foi prorrogado até o dia 13/04/2011, conforme o descrito nos documentos de fls. 30/31.

A demandante-recorrente formulou pedido de prorrogação do mencionado benefício junto à autarquia previdenciária, pleito este negado, sob o argumento de inexistência de incapacidade para o trabalho, segundo o disposto no documento de fls.31.

Irresignada com a decisão da autarquia previdenciária, a autora-recorrente ingressou com a Ação Acidentária n. 0071270-53.2011.8.17.0001 objetivando o restabelecimento do auxílio-doença acidentário, o que lhe foi negado, em decisão liminar (fls.68/69), pelo magistrado de primeiro grau que fundamentou sua decisão na referida perícia do INSS e determinou a remessa dos autos a Diretoria de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco para a realização de perícia médica no prazo de 45 (quarenta e cinco dias).

Examinando detidamente os autos, constata-se merecer guarida a insurgência do recorrente. A uma porque, uma análise perfunctória da demanda, demonstra que o autor-agravante sofre de moléstia incapacitante. Os laudos acostados aos autos, subscritos por psiquiatras dão conta disto. Trata-se de prova robusta, que conduz esta Relatoria a juízo de probabilidade, o que se mostra suficiente neste contexto de cognição sumária. A duas porque há fundado receio de dano irreparável ao agravante, haja vista a natureza alimentar do benefício previdenciário pleiteado, bem como a possibilidade de agravamento da moléstia incapacitante caso continue trabalhando.

Ressalte-se que esta relatoria tem entendido pela aplicação do princípio do *in dubio pro misero* em situações com a da espécie dos autos, na qual constam laudos médicos particulares bem como perícias realizadas pelo INSS com conclusões divergentes, ambos realizados por profissionais igualmente qualificados e nos quais não é possível verificar a existência de qualquer inconsistência, ambiguidade ou contradição que possa afastar uma delas.

Desse modo, compulsando o acervo probatório carreado aos autos (fls. 30/53), verifica-se a existência de divergências entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa da autora-agravante, e, assim sendo, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, em face de sua hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário, numa perfeita aplicação do princípio *in dubio pro misero*.

Atua, portanto, no caso em tela, o princípio do *in dubio pro misero* que garante que em caso de dúvida quanto aos requisitos para a concessão do benefício previdenciário, em respeito ao princípio da



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

111-

dignidade da pessoa humana e ao fim social e natureza alimentar da benesse postulada, o julgador deve sempre pender seu juízo em favor do segurado.

Diante da ausência de perigo de irreversibilidade da liminar, deu-se **provimento ao agravo de instrumento**, para reformar a decisão agravada, com vistas ao deferimento imediato do afastamento do agravante de suas atividades habituais, bem como que o INSS pague mensalmente ao recorrido, a título de auxílio-doença acidentário (B91), os valores a que faz jus, **prejudicado o Agravo Regimental n. 0287372-7-01**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento n. 287372-7 em que figura como agravante Ione Maria Rodrigues da Silva e como recorrido o INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, **em dar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18/07/13

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. ANTENOR SOARES

112.

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0019777-06.2012.8.17.0000 (0287372-7) e RECURSO DE AGRAVO N. 0022708-79.2012.8.17.0000 (287372-7), 01)

AGRAVANTE: Ione Maria Rodrigues da Silva

AGRAVADO: INSS- Instituto Nacional de Seguro Social

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

VOTO

Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação de tutela recursal, interposto contra decisão (fls.68/69) proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital que, nos autos da Ação Acidentária n. 0071270-53.2011.8.17.0001, indeferiu o pedido de tutela antecipada, considerando não haver, no momento, a existência de redução da capacidade laborativa ou incapacidade total para o trabalho, diante da perícia médica realizada junto ao INSS.

Em suas razões recursais, a autora-agravante informa que em face da gravidade de seu estado de saúde, é fundamental o restabelecimento do auxílio-doença acidentário (Espécie B91) negado pela autarquia previdenciária e pelo magistrado de primeiro grau. Afirma que encontra-se em tratamento psiquiátrico desde 2004, havendo melhoras, contudo não suficientes a ensejar o seu retorno ao trabalho, permanecendo, portanto, incapaz para o exercício de atividade laborativa.

No intuito de comprovar suas alegações e demonstrar a necessidade de restabelecimento do mencionado benefício previdenciário, o recorrente anexa aos autos laudos médicos psiquiátricos (fls.41/47, 50 e 77) que atestam a sua impossibilidade de retorno ao exercício de suas funções.

Por derradeiro, requer o demandante-recorrente a antecipação dos efeitos da tutela recursal para que seja determinado ao INSS o restabelecimento do auxílio-doença acidentário (B91) cessado em 13/04/2011. No mérito, pugna pelo provimento do recurso.

Em decisão interlocutória de fls. 85-86, esta Relatoria indeferiu o pedido de antecipação de tutela recursal pretendida, determinando-se a intimação da parte agravada para apresentar contra-razões.

A autarquia previdenciária oferece contra-razões (fls.94/98) requerendo o improvimento do apelo, sob o argumento de que, no caso *sub judice*, não se encontram preenchidos os requisitos para a implementação do benefício perseguido.

A Douta Procuradoria de Justiça oferta parecer (fls. 104/105) opinando pelo improvimento do recurso, devendo-se aguardar o resultado da perícia de infortunistica já designada de forma antecipada pelo magistrado a quo.

A autora-agravante trabalha na empresa CTUR- Cia de Transportes Urbanos do Recife desde 2000 na função de cobradora de ônibus. Em razão dos assaltos presenciados nos coletivos, a recorrente, desde 2004, apresenta transtornos psicológicos, tais como: CID10-F06.9: Transtorno mental não especificado devido a uma lesão e disfunção cerebral, CID10-F43.1: Estado de "stress pós-traumático" e CID10-F.33.2: Transtorno depressivo recorrente. Considerando tais anomalias, foi deferido o benefício de auxílio-doença acidentário (B91), o qual foi prorrogado até o dia 13/04/2011, conforme o descrito nos documentos de fls. 30/31.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTONOR SOARES

A demandante-recorrente formulou pedido de prorrogação do mencionado benefício junto à autarquia previdenciária, pleito este negado, sob o argumento de inexistência de incapacidade para o trabalho, segundo o disposto no documento de fls.31.

Irresignada com a decisão da autarquia previdenciária, a autora-recorrente ingressou com a Ação Acidentária n. 0071270-53.2011.8.17.0001 objetivando o restabelecimento do auxílio-doença acidentário, o que lhe foi negado, em decisão liminar (fls.68/69), pelo magistrado de primeiro grau que fundamentou sua decisão na referida perícia do INSS e determinou a remessa dos autos a Diretoria de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco para a realização de perícia médica no prazo de 45 (quarenta e cinco dias).

Examinando detidamente os autos, constata-se merecer guarida a insurgência do recorrente.

A uma porque, uma análise perfunctória da demanda, demonstra que o autor-agravante sofre de moléstia incapacitante. Os laudos acostados aos autos, subscritos por psiquiatras dão conta disto.

Trata-se de prova robusta, que conduz esta Relatoria a juízo de probabilidade, o que se mostra suficiente neste contexto de cognição sumária.

A duas porque há fundado receio de dano irreparável ao agravante, haja vista a natureza alimentar do benefício previdenciário pleiteado, bem como a possibilidade de agravamento da moléstia incapacitante caso continue trabalhando.

Ressalte-se que esta relatoria tem entendido pela aplicação do princípio do *in dubio pro misero* em situações com a da espécie dos autos, na qual constam laudos médicos particulares bem como perícias realizadas pelo INSS com conclusões divergentes, ambos realizados por profissionais igualmente qualificados e nos quais não é possível verificar a existência de qualquer inconsistência, ambiguidade ou contradição que possa afastar uma delas.

Desse modo, compulsando o acervo probatório carreado aos autos (fls. 30/53), verifica-se a existência de divergências entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa da autora-agravante, e, assim sendo, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, em face de sua hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário, numa perfeita aplicação do princípio *in dubio pro misero*.

Atua, portanto, no caso em tela, o princípio do *in dubio pro misero* que garante que em caso de dúvida quanto aos requisitos para a concessão do benefício previdenciário, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao fim social e natureza alimentar da benesse postulada, o julgador deve sempre pender seu juízo em favor do segurado.

Nesse sentido, é o seguinte precedente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ), *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROVA. VALORAÇÃO. HIPÓTESES.
1. Nas causas previdenciárias, movidas pelos segurados, em hipóteses restritas, por força do princípio *in dubio pro misero*.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

113.

com contorno da súmula 7, foi acolhida a tese da valoração da prova. 2. Os precedentes, no entanto, não se prestam a dar suporte a demandas de seguradoras condenadas na origem ao pagamento de lucros cessantes, segundo o acórdão, previstos da apólice. 3. Não há, então, omissão, contradição ou obscuridade a justificar os embargos de declaração. 4. Embargos de declaração rejeitados. (Edcl no AgrG nos Edcl no Ag 916.711/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, julgado em 21/08/2008, DJe 01/09/2008)

Isto posto e diante da ausência de perigo de irreversibilidade da liminar, voto **pelo provimento do agravo de instrumento**, para reformar a decisão agravada, com vistas ao deferimento imediato do afastamento da agravante de suas atividades habituais, bem como que o INSS pague mensalmente a recorrida, a título de auxílio-doença acidentário (B91), os valores a que faz jus, **prejudicado o Recurso de Agravo n. 0287372-7_01**. É como voto.

Recife, 18/07/13

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator